

PIERRE BOURDIEU E SEU *ESBOÇO DE AUTO-ANÁLISE*

Afrânio Mendes Catani

Professor na Faculdade de
Educação e no Prolam – USP;
Pesquisador do CNPq. São
Paulo – SP [Brasil] amcatani@
[usp.br](mailto:amcatani@usp.br)

Ao longo de quatro décadas e meia, Pierre Bourdieu (1930-2002) escreveu dezenas de livros e centenas de artigos envolvendo análises no âmbito da sociologia da educação e da cultura que procuraram explorar ao máximo, nas sociedades de classes, um tema geral que persegue várias gerações de intelectuais e de pesquisadores universitários: a compreensão de como e por que pequenos grupos de indivíduos conseguem se apoderar dos meios de dominação, permitindo nomear e representar a realidade, construindo categorias, classificações e visões de mundo às quais todos os outros são obrigados a se referir. Compreender o mundo, para a sociologia praticada por Bourdieu, converte-se em poderoso instrumento de libertação, pois são revelados os fundamentos ocultos da dominação vigentes numa dada sociedade de classes – e é esse procedimento que ele realizou em vários domínios sociais.

Para o autor, a cultura vem a ser um sistema de significações hierarquizadas, tornando-se um móvel de lutas entre grupos sociais, cuja finalidade é manter distanciamentos distintivos entre classes. A dominação cultural se expressa na fórmula segundo a qual a cada posição na hierarquia social corresponde uma cultura específica (elitista, média, de massa), caracterizada respectivamente pela distinção, pela pretensão e pela privação. Definida por gostos e formas de apreciação estética, a cultura é central no processo de dominação,

constituindo-se na imposição da cultura dominante como sendo “a cultura” que faz com que as classes dominadas atribuam sua situação subalterna à sua suposta deficiência cultural, e não à imposição pura e simples. O sistema de ensino desempenha papel de realce na reprodução dessa dominação cultural, funcionando, para Bento Prado Jr. (1980, p. 21),

[...] como chancela de diferenças culturais e lingüísticas já dadas, antes da escolarização, no quadro da socialização primeira, que é necessariamente diferencial, segundo a inscrição das famílias nas diferentes classes sociais [...] o código lingüístico da burguesia [...] será encontrado, pelos futuros notáveis, nas salas de aula, como a linguagem da razão, da cultura, numa palavra, como elemento ou horizonte da Verdade. O particular é arbitrariamente erigido em universal e o ‘capital cultural’ adquirido na esfera doméstica, pelos filhos da burguesia, lhes assegura um privilégio considerável no destino escolar e profissional. No Destino, enfim [...]

A função do sistema de ensino é servir de instrumento de legitimação das desigualdades sociais. Assim, longe de ser libertadora, a escola é conservadora e mantém a dominação dos dominantes sobre as classes populares, sendo representada como um instrumento de reforço das desigualdades e como reprodutora cultural, pois há o acesso desigual à cultura segundo a origem de classe.

No artigo “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, de 1966, Bourdieu escreve o seguinte:

[...] para que sejam desfavorecidos os mais favorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das

diferentes classes sociais. Tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura [...] (BOURDIEU, 1998, p. 53).

O fato de desvendar as desigualdades do ensino francês tanto como sistema quanto em seu interior significa uma grande mudança no pressuposto já canonizado – principalmente com Durkheim, que personifica o ideal da Terceira República (1870-1940), conhecida como “A República dos Professores” –, em que a escola deveria fornecer a educação para todos os indivíduos, proporcionando-lhes instrumentos que pudessem garantir não apenas sua liberdade, mas também sua ascensão social. Ao afirmar que o sistema escolar institui fronteiras sociais análogas às que separavam a grande nobreza da pequena, e esta dos simples plebeus, ao instaurar uma ruptura entre os alunos das grandes escolas e os das faculdades (ao analisar o campo universitário francês e o papel das Grandes Escolas), Bourdieu desvela a crueza da desigualdade social e, ao mesmo tempo, de como ela é simulada no sistema escolar e entranhada nas estruturas cognitivas dos participantes desse universo – professores, alunos, dirigentes (HEY; CATANI, 2008).

Assim, a instituição escolar é vista como desempenhando uma grande função de produção de diferenças cognitivas, uma vez que ajuda a produzir esquemas de apreciação, percepção e ação do mundo social por meio da internalização dos sistemas classificatórios dominantes no mundo social global. Suas análises da educação, então, passam a pertencer ao campo da sociologia do conhecimento e da sociologia do poder, pois ele mesmo afirma que, longe de ser uma ciência aplicada e adequada somente aos pedagogos, ela se situa na base de uma antropologia geral do poder e da legitimidade, porquanto se detém “[...] nos mecanismos responsáveis pela reprodução das estruturas sociais e pela reprodução das estruturas mentais” (HEY; CATANI, 2008). Essas teses aparecem com clareza em *La noblesse d’État* (1989). Para Loïc Wacquant

(2007, p.57), Bourdieu oferece uma anatomia da produção do novo capital (o cultural) e uma análise dos efeitos sociais de sua circulação nos vários campos envolvidos no trabalho de dominação, que comprova e reforça suas teses iniciais sobre o sistema de ensino e a “[...] relação de colisão e colusão, de autonomia e cumplicidade, de distância e de dependência entre poder material e poder simbólico.” O interesse de Bourdieu pela escola deriva do papel que ele lhe atribui “[...] como garantidor da ordem social contemporânea via magia do Estado, que consagra as divisões sociais, inscrevendo-as simultaneamente na objetividade das distribuições materiais e na subjetividade das classificações cognitivas.”

Por meio de aspectos discutidos a partir da aula inaugural¹ proferida por Bourdieu no Collège de France, em 1982, e de seu livro póstumo, *Esboço de auto-análise*, pretendo explorar algumas dimensões envolvendo as condições que viabilizam o trabalho intelectual e suas margens de autonomia, com ênfase na história social de um autor, no caso, o próprio Bourdieu. O sociólogo, numa postura que vai ocasionar-lhe constrangimentos, como mais adiante se verá, inicia sua aula com a seguinte consideração: a aula sobre a aula vem a ser um “[...] discurso que reflete a si mesmo no ato do discurso”, lembrando propriedade das mais básicas da sociologia, tal qual a concebe: “[...] todas as proposições que essa ciência anuncia podem e devem aplicar-se ao sujeito que faz a ciência” (BOURDIEU, 1988, p.4). Praticando a sociologia da sociologia, analisa o discurso sociológico a partir da posição social ocupada na estrutura do campo cultural pelo sociólogo que o produz. Segundo ele, “[...] a crítica epistemológica não se dá sem uma crítica social” (BOURDIEU, 1988, p. 7).

Entende que a sociologia, ao desvendar os mecanismos de dominação, exerce um poder libertador, uma vez que tais mecanismos devem parte de sua eficácia ao desconhecimento. Sua postura pode levar alguns a se sentirem desencantados ou desmobilizados com a análise sociológica. Entretanto, quando a partir dessa análise são formuladas “as leis da reprodução social”, e isso é deplorado pelas pessoas, tal comportamento encontra-se “[...] mais ou menos

1 Vali-me da edição brasileira da aula inaugural de Bourdieu, cotejando-a com a versão original, editada pelo Collège de France, bem como de tradução inédita, elaborada por Sergio Miceli. Tal procedimento foi adotado em razão de a edição brasileira apresentar sérios problemas, pois carece de revisão técnica. Assim, as páginas das citações mencionadas são as da edição comercial brasileira, porém revistas.

tão bem fundado quanto os que reprovaram a Galileu ter desencorajado o sonho de voar ao anunciar a lei da queda dos corpos” (BOURDIEU, 1988, p. 18).

Bourdieu ingressa na mais prestigiosa instituição científica de seu país, o Collège, que é subvencionado e garantido pelo Estado com a missão de

[...] pensar com invenção e originalidade, assumindo por inteiro uma voz autoral, com autonomia e independência perante quaisquer tópicos e propostas de uma agenda postulada, de fora, pelo poder político, pelas igrejas e sindicatos, por qualquer fonte de autoridade temporal extra-universitária e extra-intelectual. (MICELI, 1999b, p. 106).

Criado em 1530, pelo rei Francisco I, o Collège sofreu várias transformações ao longo dos séculos, reunindo hoje pouco mais de 40 cátedras em três campos do saber: ciências matemáticas, físicas e naturais; ciências filosóficas e sociológicas; ciências históricas, filológicas e arqueológicas. Os titulares das cátedras são acolhidos após detalhado processo seletivo, gozando de total liberdade de cátedra, mas com uma única, porém rigorosa, obrigação: tratar em cada ano de um tema novo. Os alunos (na realidade ouvintes) não se inscrevem, não são examinados, não recebem nenhuma espécie de certificado e não formulam questões aos professores².

Miceli (1999b, p. 110) comenta que um dos principais trunfos para o ingresso no Collège

[...] é a inserção do candidato numa rede de alianças intra e interdisciplinar, sem o que não é possível implementar quaisquer estratégias de vitória [...] Bourdieu foi eleito por força do apoio concedido por cientistas de outros campos do saber, havendo indicações cifradas disso no texto de sua aula. E levanta a possibilidade de que

² Retomo, aqui, alguns trechos contidos em Catani, 1999, p. 89-103.

as candidaturas de Bourdieu e Alain Touraine, no início dos anos 80, podem ser interpretadas em termos de “um confronto entre o intelectual provinciano petulante que se deu bem em carreira solo de guru na torre de marfim parisiense e o intelectual compenetrado e confiante em suas alianças extra-intelectuais junto à elite política da esquerda socialista. O triunfo profissional de Bourdieu é o único ao alcance de um estudioso que não possui armas extra-intelectuais [...] (MICELI, 1999a).

As páginas iniciais de seu livro *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972) se constituem em um dos primeiros momentos em que Bourdieu fala de si de maneira franca e emocionada, “[...] lembrando as origens familiares, os liames com a gente modesta de sua família, do vilarejo natal, e de como tais experiências foram se ligando à escalada na hierarquia social pela via do sistema de ensino” (MICELI, 1999b, p. 116).

Esboço de auto-análise foi escrito entre outubro e dezembro de 2001, embora Bourdieu já trabalhasse e refletisse havia anos, em especial a respeito da fórmula que lhe convinha, sendo concebido com base em seu último curso no Collège, “como uma nova versão (desenvolvida, reelaborada) do capítulo final do livro *Science de la science et réflexivité* (Paris: Éditions Raisons d’Agir, 2001)” – “Note de Éditeur.”

Nesse livro póstumo, publicado originalmente na Alemanha (2002) e, depois, na França (2004), há uma epígrafe geral, que surge logo após a página de rosto: “Isto não é uma autobiografia. Pierre Bourdieu”. Virando-se a página, o leitor depara-se com a “Nota do Editor” (francês), datada de dezembro de 2003, com outra espécie de epígrafe, em itálico: “Análise sociológica que exclui a psicologia, exceto alguns movimentos de humor – Pierre Bourdieu, Notas preparatórias”.

Em 1986, em *Actes de la recherche en sciences sociales*, revista criada por Bourdieu em 1975 e por ele dirigida até o início de 2001, o autor pu-

blicou o artigo “L’illusion biographique” (números 62-63, junho), que posteriormente aparece sob a forma de apêndice em seu livro *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (1994) – a edição brasileira, aqui utilizada, é de 1996. Nesse pequeno texto, Bourdieu aponta suas baterias contra a “história de vida”, considerando-a

[...] uma dessas noções de senso comum que entraram de contrabando no universo do saber; primeiro, sem alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, e não sem ruído, entre os sociólogos. Falar de histórias de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história. É o que diz o senso comum, isto é, a linguagem cotidiana, que descreve a vida como um caminho, um percurso, uma estrada, com suas encruzilhadas [...], ou como uma caminhada, isto é, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que comportam um começo (“um início de vida”), etapas, e um fim no sentido duplo, de termo e de objetivo (“ele fará seu caminho”, significa: ele terá sucesso, ele fará uma bela carreira), um fim da história. É aceitar tacitamente a filosofia da história com o sentido de sucessão de eventos históricos, implícita em uma filosofia da história com o sentido de narrativa histórica, em resumo, uma teoria da narrativa, narrativa de historiador ou de romancista, dessa perspectiva indistinguíveis, especialmente a biografia ou a autobiografia [...] (1996, p. 74).

Explicita que há uma suposição segundo a qual a narrativa autobiográfica

[...] inspira-se sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário [...](1996, p. 75-76).

Fala que existe uma inclinação de se tornar “ideólogo de sua própria vida”, estabelecendo conexões entre “acontecimentos significativos” ocorridos em tempo outros e o futuro.

Bourdieu utiliza-se do exemplo da literatura ao argumentar que

[...] o abandono da estrutura do romance como narrativa linear coincide “com o questionamento de visão da vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e de direção. Essa dupla ruptura, simbolizada pelo romance de Faulkner, *O som e a fúria*, exprime-se em toda sua clareza na definição da vida como anti-história, proposta por Shakespeare no final de *Macbeth*: ‘Uma história contada por um idiota, uma história cheia de som e de fúria, mas vazia de sentido’[...] (1996, p.76).

Para o sociólogo, tratar a vida como uma história, ou seja, a “narrativa coerente de uma seqüência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (p. 76). Vale-se de Alain Robbe-Grillet (*Le miroir qui revient*, 1984), que assim escreve: “O advento do romance moderno está diretamente vinculado a esta descoberta: o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisito, fora de propósito, de modo aleatório.”

A história de vida leva à construção, para Bourdieu, da noção de “trajetória”

[...] como uma série de *posições*, sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) em um espaço por ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. É evidente que o sentido dos movimentos que levam de uma posição a outra (de um editor a outro, de uma revista a outra, de um bispo a outro etc.) define-se na relação objetiva entre o sentido dessas posições no momento considerado, no interior de um espaço orientado. Isto é, não podemos compreender uma trajetória [...] a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis [...] (1996, p. 81-82, grifos nossos).

No *Esboço de auto-análise*, já nas linhas iniciais, o autor diz que não pretende se “sacrificar ao gênero autobiográfico”, sobre o qual dirigira as críticas

cuja síntese foi transcrita em parágrafos anteriores, uma vez que entende tal gênero “como sendo, ao mesmo tempo, convencional e ilusório”. Seu propósito é outro: “Queria apenas tentar reunir e revelar alguns elementos para uma auto-análise” (p. 37). Adota o ponto de vista do analista, obrigando-se a rere os traços pertinentes do ponto de vista da sociologia – “[...] e tão somente esses traços” (p. 37). Encerra a introdução, que ocupa cerca de sessenta linhas, com a seguinte frase: “Nesse esforço para explicar-me e compreender-me, poderei doravante apoiar-me nos cacos de objetivação de mim mesmo que fui deixando pelo caminho, ao longo de minha pesquisa, e tentarei aqui aprofundar e ainda sistematizar [...]” (p. 39).

Biografia e obra ligam os eixos do texto, a saber: a formação escolar e o treinamento intelectual do aluno da Escola Normal Superior, a iniciação sociológica, “[...] as experiências de vida e trabalho no vilarejo natal e na Argélia, o legado afetivo e cultural de sua família modesta no meio rural provinciano” (MICELI, 2005, p. 8). Em suma, neste balanço, Bourdieu

[...] tentou a façanha de refletir sobre o passado por meio do inquérito que ele mesmo fora refinando como método de trabalho. A emoção racionalizada guia o testemunho de um intelectual destoaante que não se sentia à vontade perante os imperativos do molde burguês: um estilo de prática cultural e intelectual instilado pelo conforto material e pela segurança estatutária dos que nascem e crescem imbuídos de certezas inerentes às prerrogativas de classe [...] (MICELI, 2005, p. 8).

Conforme Miceli (2005, p. 8) destaca, seus primeiros trabalhos exploram o dilema entre o desenraizamento das origens (a família numa comunidade rural da região do Béarn) e a forçosa familiarização com os espaços sociais de adoção – até alcançar a notoriedade como professor no Collège de France, por volta dos 50 anos. Em outro texto, Bourdieu escreveu que tal

familiarização forçada levou-o, inclusive, à perda de seu forte sotaque – só aos 11 anos, quando ingressou no liceu de Pau, é que deixou de falar apenas o gascão.

Em vários momentos de sua longa trajetória como investigador, Bourdieu apreende os autores que estuda, Flaubert em especial, procurando “assumir o ponto de vista do autor”, com o fito de apreender vida e obra em meio às condições de sua realização. Para ele, “compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez”, ou seja, é examinar, de início, o estado do campo no momento em que nele ingressa, no fim dos anos 1950 (p. 40). Entre 1951 e 1954, era aluno na Escola Normal Superior, cursando filosofia, numa época em que era a disciplina dominante. O campo intelectual era dominado por Jean-Paul Sartre, o “intelectual total” (p. 41).

O choque de 1968, a seu juízo, foi decisivo para que os filósofos ingressantes nos anos 40 e 50 do século passado se confrontassem com o problema do poder e da política, devendo ser citados os casos paradigmáticos de Deleuze e Foucault. A questão do poder foi

[...] introduzida no âmago do campo universitário pela contestação estudantil, inspirada por tradições teóricas ignoradas ou desprezadas por completo pela ortodoxia acadêmica, como o marxismo, a concepção weberiana do Estado, ou a análise sociológica da instituição escolar [...] (p. 42-43).

Além da corrente dominante, intelectualmente representada por Sartre, havia outras em que se destacavam Martial Guérout, Jules Vuillemin, Gaston Bachelard, Georges Canguilhem, Alexandre Koyré, Eric Weil.

Por vezes de origem popular e provinciana ou, então, estrangeiros na França e alheios às suas tradições escolares, vinculados a instituições universitárias excêntricas, como a Escola de Altos Estudos

ou o Collège de France, e ocultos à percepção comum pelo estardalhaço dos dominantes, esses autores marginais e destituídos de poder temporal ofereciam um recurso aos que, por razões diversas, pretendiam reagir contra a imagem ao mesmo tempo fascinante e rechaçada do intelectual total, que se fazia presente em todas as frentes do pensamento [...] (p. 45).

Acrescenta que Maurice Merleau-Ponty, antes de ingressar no Collège de France, oferecia certa abertura às ciências humanas, com a psicologia da criança, que ensinava na Sorbonne, enquanto a revista *Critique*, dirigida por Georges Bataille e Weil, ao dar acesso a uma cultura internacional e transdisciplinar, “[...] permitia escapar ao efeito de clausura exercido por qualquer escola de elite” (p. 47).

No caso de Sartre, o que Bourdieu menos apreciava era não apenas o que fez dele o “intelectual total”, mas também

[...] o intelectual ideal, a figura exemplar do intelectual e, em particular, sua contribuição sem equivalente para a mitologia do intelectual livre, que lhe garante o reconhecimento eterno de todos os intelectuais. (p. 56).

Confessa sua simpatia por Karl Kraus, ponderando que este “acrescenta à ideia do intelectual como Sartre construiu e impôs uma virtude essencial, a reflexividade crítica: existem muitos intelectuais que interrogam o mundo; há poucos intelectuais que interrogam o mundo intelectual” (p. 56). Sobram, ainda, algumas farpas para Sartre e Aron (p. 57).

Ao reconstituir o espaço de possíveis que se abria diante do jovem Bourdieu no fim dos anos 1950 e início dos 1960, mapeava o caso da sociologia, visto como um mundo fechado, “onde todos os lugares estavam atribuídos”, com Georges Gurvitch, Jean Stoetzel e Aron, que acabara de ser

nomeado para a Sorbonne. Havia também a “geração dos jovens em ascensão, todos quarentões”, que “compartilham a pesquisa e os poderes segundo uma divisão em especialidades, definidas às vezes por conceitos do senso comum e repartidos com nitidez à maneira de feudos” (p. 62): Alain Touraine, Jean-Daniel Reynaud e Jean-René Tréanton (sociologia do trabalho); Viviane Isambert (sociologia da educação); François-André Isambert (sociologia da religião), enquanto Henri Mendras, Pau-Henri Chombart de Lauwe e Joffre Dumazedier se dedicavam, respectivamente, às sociologias rural, urbana e do lazer, além de “[...] algumas outras províncias menores ou marginais” (p. 62-63). O espaço era balizado por três ou quatro revistas recém-fundadas: *Revue française de sociologie*, *Les Cahiers internationaux de sociologie*, *Archives européennes de sociologie* e algumas outras secundárias, como *Sociologie du travail* e *Études rurales*. Para ele, nada era muito motivador, a ponto de escrever que “[...] a vida científica estava em outro lugar” (p. 62) e que “[...] tudo o que pudesse parecer novo, no campo das ciências sociais, encontrava-se então reunido na Escola Prática de Altos Estudos, animada por Fernand Braudel” (p. 63). Grande influência era exercida pela revista *L’Homme*, fundada e controlada por Lévi-Strauss, ocupando posição dominante no campo acadêmico francês (p. 68).

Várias páginas cuidam do período passado na Argélia, a partir de 1955, ao iniciar seu serviço militar; falam do fim da década, quando volta a Paris, tornando-se assistente de Aron, após lecionar filosofia e sociologia na Faculdade de Letras de Argel, tendo pesquisado sobre a sociedade cabila e publicado *Sociologie de l’Algérie* (1958). Nesse período, de profunda crise pessoal, Bourdieu vai realizando sua conversão às ciências sociais, como etnólogo e sociólogo. Isso ocorreu no momento de uma guerra de libertação que, no seu caso, marca a ruptura decisiva com a experiência escolar. Entende que a sua transição foi facilitada graças à obra de Lévi-Strauss, “[...] que contribuiu para esse enobrecimento ao substituir a designação tradicional da disciplina pela denominação inglesa de antropologia, reunindo assim os prestígios do

sentido alemão [...] e a modernidade do sentido anglo-saxão” (p. 71). Apesar das discordâncias que manterá com Lévi-Strauss, reconhece que foi ele com Braudel e Aron que lhe garantiram a entrada, bem jovem, na Escola Prática de Altos Estudos (p. 74).

A passagem da filosofia para a etnologia e a sociologia e, no interior desta última, à sociologia rural, “situada no degrau mais baixo da hierarquia social das especialidades”, ocorreu com uma dificuldade mais reduzida porque estava acompanhada por um “sonho confuso de uma reintegração no mundo natal”, isto é, de sua região, o Béarn, (e Lasseube, que é a sua comunidade rural de origem - p. 88). As pesquisas de campo, na Cabília, o reconduziram à investigação e à publicação de trabalho intitulado “Celibato e condição camponesa”, pretendendo resolver o enigma social que é o celibato dos primogênitos numa sociedade conhecida por seu apego obstinado ao direito de primogenitura (p. 89). Acrescente-se que dois outros artigos foram escritos nesse período, “As estratégias matrimoniais no sistema de reprodução” e “Reprodução proibida”.

É descrito o processo de desnaturalização experimentado, que lhe permitiu tentar “objetivar” o mundo que lhe parecia tão familiar, provocando a reiteração obsessiva, segundo Miceli, ao longo de sua obra, dos ganhos heurísticos dessa experiência cruzada entre o “desenraizamento de um universo familiar”, do qual foi obrigado a se distanciar, e a “familiarização com um universo estrangeiro” (1999a). Bourdieu escreve que

[...] é toda uma parte de mim que me é devolvida, essa mesma pela qual eu me ligava a eles e a qual também deles me afastava, porque eu só podia negá-la dentro de mim ao renegá-los, na vergonha deles e de mim mesmo. O retorno às origens faz-se acompanhar de um retorno, embora controlado, do que fora recalçado. De tudo isso, o texto não guarda mais nenhum vestígio [...] (BOURDIEU, 2005, p. 90).

O sociólogo apresenta, na seqüência, as pesquisas feitas nos anos seguintes, em especial nas décadas de 70, 80 e 90 do século passado, e que consolidariam sua reputação. Destaca seu humor “borboleta” (como diria Fourier), que “[...] me instigava [...] a novas pesquisas, novos objetos – ou melhor, que me levava a reter quaisquer ocasiões de me apossar de novos campos de investigação [...]” (p. 95).

Confessa que a fase inicial de seu empreendimento sociológico foi marcada por uma reação à sociologia norte-americana, representada pela tríade Parsons, Merton e Lazarsfeld, que “[...] impunha à ciência social um conjunto azeitado de mutilações das quais me parecia indispensável liberá-la, pelo caminho de um retorno aos textos de Durkheim e de Weber, ambos anexados, e desfigurados, por Parsons [...]” (p. 99). É criticado o revestimento neokantiano com que Aron embalara a obra de Weber e reafirmada a necessidade que sentiu de se engajar em pesquisas empíricas teoricamente inspiradas, que rechaçavam investigações obscurantistas norte-americanas bem como combatiam a recusa “[...] de tudo o que pudesse estar ou parecer associados aos Estados Unidos a começar pelos métodos estatísticos” (p. 99). Algumas páginas (104-107) também são dedicadas a Michel Foucault, procurando situar-se objetiva e subjetivamente em relação a ele.

Na última parte de *Esboço de auto-análise*, apresenta elementos biográficos e informações familiares responsáveis pela formação de seu *habitus* primário. Nas linhas iniciais escreve que não pode silenciar-se sobre suas disposições associadas à posição de origem, “[...] das quais se sabe que, em relação aos espaços sociais em cujo interior elas se atualizam, contribuem para as práticas” (p.109). Seu pai era filho de meeiro e, por volta dos 30 anos (perto do nascimento de Pierre), tornou-se funcionário dos correios, sendo depois promovido a carteiro-cobrador; foi, a vida inteira, empregado em um vilarejo do Béarn, próximo a Pau. A “experiência infantil de trânsfuga filho de trânsfuga [...] pesou bastante na formação de minhas disposições em relação ao mundo social” (p.109). Muito próximo de seus colegas de escola

primária (eram filhos de pequenos agricultores, de artesãos ou de comerciantes), tinha com eles “[...] quase tudo em comum, exceto o êxito escolar, que me fazia sobressair um tanto” (p. 110). As passagens em relação ao pai, suas tomadas de posição políticas e sociais são tocantes. Sua mãe provinha de uma “grande família” camponesa, pelo lado materno, “[...] tendo de enfrentar a vontade dos pais para fazer um casamento percebido como uma aliança desastrosa” (p. 111).

Filho único, a experiência do internato, vivenciada de 1941 a 1947 no liceu de Pau e, posteriormente, de 1948 a 1951 no liceu Louis-le-Grand, em Paris, é vista como uma “[...] terrível escola de realismo social, onde tudo já se faz presente, por conta das necessidades da luta pela vida – o oportunismo, o servilismo, a delação, a traição etc. –, e o mundo da classe, onde imperam valores opostos sob todos os aspectos [...]” (p. 115). Pelo frio passado no inverno, os constrangimentos para usar os banheiros, as admoestações, a luta para obter seu quinhão e conservar seu lugar, a prontidão para dar um safanão se necessário (p.115-117), evoca o Goffman de *Manicômios, prisões e conventos* (as “instituições totais”) e Jean Genet, de *Le miracle de la rose* (1943). Recebeu mais de 300 “suspensões” e “reprimendas” ao longo de sua escolaridade. Seus pais não compreendiam a situação, pois a seus olhos ele lhes parecia privilegiado – o pai largara a escola aos 14, e a mãe, aos 16 anos –, não podendo deixar de considerá-lo responsável pelos seus tormentos (“[...] pelo meu péssimo comportamento, que poderia até ameaçar o êxito de minha façanha, vital e inesperada, de salvação pela escola” p.118). As férias eram terríveis, porque o distanciamento social que o acesso ao liceu lhe proporcionara trouxera o enfado e a solidão, sem poder partilhar quase nada com os antigos colegas da escola local, a não ser partidas de futebol, aos domingos (p.118). Três outros excertos refletem seu estado de espírito: “[...] eu tinha 11 ou 12 anos, ninguém em que pudesse confiar ou que pudesse apenas compreender. Passava por vezes parte da noite preparando minha defesa para o dia seguinte” (p. 119); “[...] eu vivia minha vida de interno numa espécie de furor obcecado”

(p. 120); “Creio que Flaubert não estava de todo errado ao pensar que, como escreve nas *Memórias de um louco*, ‘aquele que conheceu o internato conhece, aos doze anos, quase tudo na vida’” (p.120). Há destaque, ainda, para o grande contraste entre o mundo do internato e o “normal”, em que os externos mantinham grande desprezo com os demais, além de se destacarem pelas posturas, indumentária afetada, sotaque parisiense (*accent pointu*). Quando estava na classe preparatória do liceu Louis-le-Grand, essa mesma fronteira entre internos (provincianos) e externos (parisienses) era fonte de tensão, sendo os últimos dotados geralmente de pretensões literárias quanto às suas produções escolares, “[...] desde então concebidas como criações de escritores. Esses traços causavam forte impressão a um professor de francês de modesta origem provinciana, sequioso de reconhecimento intelectual” (p. 122). Ele começou a praticar o rúgbi, ao lado de seus colegas de internato,

[...] no intuito de evitar que meu êxito escolar – e a docilidade suspeita que isso poderia supor – acabasse me excluindo da chamada comunidade viril da equipe esportiva, único lugar [...] de verdadeira solidariedade, muito mais sólida e direta do que aquela vigente no universo escolar, na luta comum pela vitória, no apoio mútuo em caso de briga, ou na admiração irrestrita pelas façanhas [...] (p. 123).

A sala de aula, segundo ele, “divide ao hierarquizar”, enquanto o internato “isola ao atomizar”.

Chama a atenção para a forte defasagem entre uma elevada consagração escolar e uma baixa extração social, isto é, o *habitus clivado*, movido por tensões e contradições: de um lado, a modéstia, ligada à insegurança do *parvenu*, filho de suas obras, atribuindo a mesma importância na realização de tarefas sofisticadas ou bastante modestas, sem se violentar; de outro, a altivez e a segurança do “miraculoso”, com a propensão de vivenciar a si mesmo como

“milagroso” e desafiante dos dominantes em seu próprio terreno. Enfim, esse “habitus clivado”, produto de uma “conciliação dos contrários”, manifesta-se com grande nitidez no tipo de objetos que lhe interessam, na maneira de abordá-los, em que não há, praticamente, hierarquia quanto ao que é investigado (p. 123-126).

A entrada de Bourdieu no Collège de France parece levar ao extremo todas as suas contradições. Miceli assim escreve a respeito:

[...] o relato das dificuldades para levar a termo a aula inaugural é um trecho aflitivo, ao reprisar [...] em meio ao ápice de sua consagração intelectual, o quanto parecia penoso a Bourdieu assumir prerrogativas às quais fora guindado por mérito e para cuja apropriação subjetiva se julgava destituído dos requisitos garantidos pela aptidão burguesa [...] (MICELI, 2005, p. 18).

Bourdieu acreditava nada ter a dizer que merecesse ser dito naquele local, além de certo sentimento de culpa em relação a seu pai, que morrera há pouco no interior, em sua província. Embora acreditasse que ele teria ficado orgulhoso e feliz com a consagração do filho, Bourdieu estabelece “[...] um liame mágico entre sua morte e esse êxito assim constituído em transgressão-traição. Noites de insônia” (p. 131). Resolve a contradição, guiado pelo desconforto de participar desse ritual de consagração, questionando o rito de instituição no próprio rito, instaurando, assim, “[...] uma distância do papel no próprio exercício do papel” (p. 131). Isso gerou grande constrangimento, dada a violência da situação:

[...] descrever o rito na própria consumação do rito equivalia a cometer o barbarismo social por excelência, que consiste em pôr a crença em suspenso, ou pior, em questioná-la e colocá-la em perigo

exatamente no momento e no lugar em que seria apropriado celebrá-la e reforçá-la [...] (p. 131).

Tem dificuldade em concluir a leitura, sua voz quase some, pensa em ir embora, verifica que Jean-Pierre Vernant fica de olhos esbugalhados. “Depois, sinto um terrível mal-estar, ligado ao sentimento da gafe, mais que da transgressão” (p. 132).

Sua narrativa autobiográfica retoma o argumento desenvolvido em *As regras da arte* (1992), isto é, “[...] a ficção e a sociologia são intercambiáveis, pelo fato de possuírem o mundo social como referente” (MICELI, 2005, p.18). Bourdieu expressa as várias razões de ter escrito esse livro, mas, fundamentalmente, acredita que por meio dessa evocação das condições históricas em que seu trabalho foi elaborado, conforme já se mencionou páginas atrás, conseguiu “assumir o ponto de vista do autor”, como dizia Flaubert. Isso implica “colocar-se em pensamento” exatamente “[...] no lugar que, escritor, pintor, operário ou empregado de escritório, cada um deles ocupa no mundo social” (p. 134).

Omissões, disputas encarniçadas no campo, bem como tomadas de posição política e científica polêmica, além da “traição” da memória, que seleciona, organiza e atribui outros nexos às experiências, encontram-se presentes nesse *Esboço de auto-análise*. O próprio Miceli não deixa de apontar o silêncio de Bourdieu – “uma lacuna clamorosa no texto” – acerca de seu casamento, dos filhos, das mulheres importantes em sua vida, destacando que o pudor de classe lhe impediu isso:

[...] ele não dispunha da prontidão de *habitus* requerida para tamanha autocomplacência, que lhe teria habilitado a aprontar uma versão enevoada de sua experiência afetiva, similar àquela veiculada, por exemplo, nas narrativas memorialísticas de Sartre ou Leiris, tão ao agrado de letrados estetas [...] (MICELI, 2005, p. 18).

Poder-se-ia acrescentar também os vários cismas ocorridos na equipe de investigação por ele dirigida, havendo os rompimentos, por exemplo, com Jean-Claude Passeron, Jean-Claude Chamboredon, Luc Boltanski, Robert Castel, Claude Grignon e Monique de Saint Martin, que não são mencionados no texto. Além disso, o próprio autor delinea, mas não desenvolve, alguns outros pontos que podem ser contestados ou lembrados por adversários ou críticos. A favor do trabalho sociológico desenvolvido por Bourdieu, termino com uma frase do romancista e ensaísta argentino Ricardo Piglia (2004) que, a meu ver, ilustra, com felicidade, o processo de auto-análise desenvolvido por Bourdieu: “A crítica é a forma moderna de autobiografia. A pessoa escreve sua vida quando crê escrever suas leituras [...] O crítico é aquele que encontra sua vida no interior dos textos que lê” (p. 117).

Referências

BOURDIEU, P. *Lições da Aula*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

_____. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CATANI, A. M. Algumas lições da aula inaugural de Pierre Bourdieu. In: CATANI, A. M.; MARTINEZ, P. H. (Org.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez, 1999.

HEY, A. P.; CATANI, A. M. Uma forma explícita de dominação: Bourdieu e a educação. *Revista CULT*, São Paulo, n. 128, set. 2008.

MICELI, S. Um intelectual do sentido. *Mais! Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 fev. 1999a.

_____. A condição do trabalho intelectual (Comentários). In: CATANI, A. M.; MARTINEZ, P. H. (Org.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez, 1999b.

_____. A emoção racionada. In: BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PIGLIA, R. *Formas breves*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PRADO JR., B. A educação depois de 1968 ou Cem anos de ilusão. In: PRADO JR., B.; CHAUI, M.; TRAGTENBERG, M.; ROMANO, R. *Os descaminhos da educação*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

WACQUANT, L. Lendo o “Capital” de Bourdieu. In: *Educação & Linguagem*. São Bernardo do Campo, São Paulo, Umesp, Ano 10, n. 16, p.37-62, jul./dez. 2007.

Para referenciar este texto

CATANI, A. M. Pierre Bourdieu e seu Esboço de auto-análise. *EccoS*, São Paulo, v. 10, n. ESPECIAL, p. 45-65, 2008.

